

Uma primeira exploração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas a partir de um ponto de vista antropológico¹

Beatriz Judice Magalhães²

Propõe-se uma primeira exploração dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), formulados para o período 2016-2030. Tendo como base o conceito de desenvolvimento sustentável, o documento busca, pela primeira vez, integrar em uma mesma agenda da organização internacional as dimensões, social, econômica e ambiental. No entanto, essa integração não ocorre com tanta efetividade como pretendido quando se observa o conjunto de objetivos e metas, que evocam uma amplitude de conceitos tomados como autoevidentes, mas que devem ser problematizados para que se realize uma análise mais aprofundada.

Assim, busca-se explicitar alguns fundamentos subjacentes a essas construções, problematizando ideias como: 1) a de uma entidade humana a priori unificada e em oposição ao conjunto meio-ambiente e não-humanos; 2) a separação entre os domínios social, econômico e ambiental; 3) a primazia de uma técnica baseada em princípios pretensamente universalizantes de teorias dos campos da economia e da biologia, que atribuem o papel de provedora de "serviços" ao que se entende como natureza.

Para tal, são utilizados, dentre outros, referenciais teóricos de obras de Bruno Latour, Isabelle Stengers, Déborah Danoswky e Eduardo Viveiros de Castro e Philippe Descola. Algumas dessas referências contemplam a ideia de um agenciamento de forças não-humanas relacionadas à ideia de natureza concebida pelo pensamento ocidental, além de levarem em conta consequências imprevistas da ação do modelo hegemônico de desenvolvimento sobre o meio-ambiente, evocando conceitos

1 Trabalho apresentado na VI React (Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia)- São Paulo, SP, 16 a 19 de maio de 2017.

2 Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN/ UFMG).

como Antropoceno e Gaia, que adquirem acepções interessantes para serem utilizados na análise aqui proposta.

Palavras chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, desenvolvimento sustentável, Antropoceno, Gaia.

1) Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (em inglês, Sustainable Development Goals- SDGs) foram formulados a partir de desdobramentos de um processo iniciado na Conferência Rio + 20, em 2012. Nesse processo, se procurou chegar a uma agenda internacional oficial comum a todos os países participantes³ e houve consultas públicas eletrônicas e participação de entidades não governamentais como ONGs.

A resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 25 de setembro de 2015 oficializou a agenda para os 193 países membros por meio do documento “Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development” (NAÇÕES UNIDAS, 2015), que traz os 17 objetivos e 169 metas correspondentes, a serem alcançadas até 2030. Os ODSs têm também recebido o nome de “Agenda 2030”.

Um dos “pontos fortes” mais exaltados dos ODSs é o fato de eles abarcarem simultaneamente as dimensões econômica, social e ambiental. No entanto, essas dimensões aparecem, muitas vezes, de forma separada nos objetivos, ainda que possamos também visualizar registros de tentativas de integração em várias das metas propostas. Abaixo listamos os objetivos⁴:

3 Diferentemente dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que vigoraram entre 2000 e 2015 e se aplicavam somente aos países considerados “em desenvolvimento”, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram estendidos a todos os 193 Estados-membros da ONU.

4 As 169 metas correspondentes aos 17 objetivos podem ser visualizadas em NAÇÕES UNIDAS (2015).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Quadro 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (*)

() Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.*

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Fonte: NAÇÕES UNIDAS (2015).

As dimensões “social”, “econômica” e “ambiental”, consideradas como os três pilares do desenvolvimento sustentável (ver, por exemplo, UNITED NATIONS, 2002), podem ser facilmente problematizadas numa reflexão mais aprofundada. Dumont (2000) ressalta a dificuldade, mesmo entre os próprios pensadores da economia, em delimitar a esfera econômica; Latour (2009) desconstrói a pretensa especificidade moderna de, diferentemente dos outros coletivos, manter separados natureza e sociedade. Não obstante, a separação entre os domínios é presente de forma bastante naturalizada nos discursos e no próprio pensamento que se pretendeu como moderno



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

(LATOUR, 2009). Isso pode ser exemplificado pela própria Agenda 2030. As dificuldades de se integrar as três dimensões nos discursos e em diretrizes de políticas públicas, ambos em geral habituados à separação entre elas, podem ser observadas no próprio conjunto dos ODS, embora, como já mencionado, eles se pretendam justamente como constituintes da primeira agenda internacional oficial a conseguir essa integração.

Ainda que alguns objetivos apresentem no seu próprio enunciado componentes explícitos de mais de uma das três dimensões, (ver, por exemplo, objetivos 2 e 6), em alguns deles a relação entre as dimensões pode parecer bastante complexa (marcadamente nos objetivos 8 e 9). Podemos dizer que os objetivos 1, 3, 4, 5 e 10 dizem respeito explicitamente às dimensões social e econômica, mas neles não há a presença explícita da dimensão ambiental.

A separação entre natureza e sociedade ou, nos termos de Descola (2005), o modo de relação naturalista, aparece também quando observamos outros documentos da Agenda 2030. Assim, podemos perceber, por exemplo, uma forte dimensão épica no que diz respeito à relação entre os humanos e o planeta Terra:

We are resolved to free the human race from the tyranny of poverty and want and to heal and secure our planet. We are determined to take the bold and transformative steps which are urgently needed to shift the world on to a sustainable and resilient path. As we embark on this collective journey, we pledge that no one will be left behind.

(...)

We are determined to protect the planet from degradation, including through sustainable consumption and production, sustainably managing its natural resources and taking urgent action on climate change, so that it can support the needs of the present and future generations. (UNITED NATIONS, 2015, p. 1-2)

Como pode ser observado na passagem acima, o planeta costuma ser referido como o que deve ser protegido, defendido, ajudado, curado, por nós, humanos. Nessa grande narrativa épica, embora se constatem os prejuízos ambientais advindos do modelo desenvolvimentista, e se busque exatamente revertê-los, em algum grau, os humanos parecem ainda deter o papel de heróis, já que serão aqueles a *salvar o planeta*.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Isso não surpreende, uma vez que, em relatórios e demais documentos produzidos por organismos das Nações Unidas, existe com frequência um componente épico facilmente justificável quando levamos em conta a própria missão da organização e as situações limite de fome, guerra, etc com as quais ela frequentemente se defronta. Não obstante, uma análise desse componente nas narrativas aqui estudadas pode trazer luz a alguns aspectos importantes para o presente trabalho.

Como pode ser também observado na passagem transcrita acima, nesse cenário épico, uma das características mais marcantes dos documentos referentes à Agenda 2030 é a presença de referências ao fardo da pobreza e à inclusão de todos os humanos, garantindo que ninguém “fique para trás”.

O caráter épico das práticas inerentes à tradição ocidental é analisado por Isabelle Stengers (STENGERS, 2012). A filósofa enfatiza o imperativo moral que impele ao progresso e à validação da verdade para uma ciência que se pretende como exclusivamente objetiva.

2) As ideias de Gaia e Antropoceno

No que diz respeito às questões ecológicas, Stengers procura superar a análise moderna utilizando-se de um caminho bastante original, que também inclui críticas a um progresso épico naturalizado e acrítico, tão característico das narrativas sobre o desenvolvimento. Propondo uma desaceleração do nosso modo de pensar e uma colocação em xeque das nossas certezas, a autora introduz também um conceito chave para reintroduzir a agência da natureza- a ideia de *Gaia*:

Gaia é o nome de uma forma inédita, ou então esquecida, de transcendência: uma transcendência desprovida das altas qualidades que permitiram invoca-la como árbitro, garantia ou recurso; um suscetível agenciamento de forças indiferentes aos nossos pensamentos e aos nossos projetos. (STENGERS, 2015, p. 41).

Aceitar nomear Gaia é, portanto, abandonar o vínculo entre emancipação e conquista épica, e até mesmo entre a emancipação e a maioria das significações ligadas ao que foi, desde o século XIX, batizado de “progresso”. Deve haver luta, mas ela não tem, não pode ter mais, por definição, o advento de uma humanidade enfim liberada de qualquer transcendência. *Teremos sempre que contar com Gaia*. Que aprender, à maneira dos povos antigos, a não ofende-la. (STENGERS, 2015, p.53)



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Ao afirmar que não podemos mais conceber “o advento de uma humanidade enfim liberada de qualquer transcendência”, a autora sugere uma mudança de paradigma no que diz respeito à visão linear de progresso predominante no pensamento ocidental. Ela também questiona uma “oposição brutal entre as ciências e os saberes chamados de “não científicos”, cuja articulação será necessária se tivermos de aprender como responder ao que já começou.” (STENGERS, 2015, p. 38). A transcendência à qual estamos submetidos, nomeada como “intrusão de Gaia”, “põe em xeque as teorias que armavam esse conhecimento “adulto”, que supostamente deviam ser a bússola das lutas (STENGERS: 2015: 52).

Como é possível apreender pela leitura de Latour (2004), a questão é muito mais complexa do que a proposição de uma reintegração do ser humano à natureza. Não obstante, a noção de Gaia, para o pensador francês, pode ser descrita, nas suas próprias palavras, como “uma injunção para rematerializar o pertencimento ao mundo” (LATOUR, 2015, p. 170), ou como “o sinal do retorno sobre a Terra” (LATOUR, 2013, p. 283).

Assim, em consonância com a formulação de Latour, para quem deveríamos questionar a ideia de que conhecemos plenamente o que chamamos de natureza (LATOUR, 2009), poderíamos acionar a proposição do “ralentissement” de Stengers (STENGERS, 2013) ou da “arte de ter cuidado” (STENGERS, 2015, p. 81). Todas essas indicações partilham da ideia de que o modo de pensar e de existir que objetiva a natureza e a subordina a um agenciamento humano ilimitado traz problemas diversos.

Na análise de Latour (2013a) há também a utilização do conceito de Antropoceno. Este é descrito “não uma grande irrupção da Natureza finalmente capaz de pacificar todos os nossos conflitos, mas *como um estado generalizado de guerra*” (LATOUR: 2013a, p.100), sendo acionado, como podemos observar, para se referir à guerra de mundos tão trabalhada por esse autor (LATOUR, 2000). O conceito de Gaia é usado também para ilustrar esse estado, chegando a ser utilizado com equivalente do mundo, do planeta sobre o qual as concepções relativas à sua definição, ocupação e composição entram em choque definindo justamente esse estado de guerra. (LATOUR, 2014). A assertividade de Latour para se referir à guerra de mundos pode ser expressa, por exemplo, na passagem abaixo:



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Embora possa ser perigoso falar em guerra – quando há um estado de paz – é ainda mais perigoso *negar* que há uma guerra quando se está sob ataque. Os apaziguadores acabariam se tornando negacionistas – desta vez não por negarem a ciência do clima –, mas por negarem que há uma guerra pela definição e controle do mundo que habitamos coletivamente.

Há decerto uma guerra pela definição e controle da Terra: uma guerra que coloca uns contra os outros – para ser um pouco dramático –, Humanos que vivem no Holoceno e os Terranos que vivem no Antropoceno. (LATOUR, 2014, p. 22 e 23)

Essa assertividade é justificada pelo próprio autor pelo acionamento da possibilidade de rompimento de vínculos dos humanos/ terranos (conceitos que serão melhor trabalhados mais adiante) uns com os outros em função da guerra que descreve; o acordo ou consenso se torna impossível justamente em virtude dessa ameaça constante de rompimentos e oposições.

Um exemplo que poderia ilustrar essa impossibilidade é fornecido pela análise de Latour (2014a) a respeito do livro “How Forests Think” de Eduardo Kohn. O pensador francês aponta para uma dimensão potencial da obra em um campo que vai além da antropologia acadêmica: a diplomacia e os encontros (ou choques) culturais. Latour afirma que o automorfismo descrito por Kohn não “define o *background* do mundo como ele é” (Latour: 2014a: 264), constituindo, antes, uma possível maneira de abordar as conexões como sendo formadas por relações entre selfs. Essa abordagem seria apropriada para se conceber os Ávila Runa, povo estudado por Kohn, mas, ainda de acordo com o autor francês, não os auxiliaria em eventuais embates com atores exógenos como engenheiros florestais, agrônomos ou outros “brancos”, que conceberiam essa abordagem como “exotismo”. Assim, Latour coloca a questão pragmática de como um antropólogo, ou mesmo um acadêmico Runa, ao ser equipado com a “antropologia filosófica” proposta por Kohn, poderia se fazer entender em suas reivindicações ontológicas.

De la Cadeña (2015) menciona um episódio etnográfico no qual ilustra como uma guerra de mundos pode estar explicitada. Ao se referir a um conflito quanto à instalação de um empreendimento minerador no Peru, a autora retrata mundos ontológicos divergentes, nos termos de Stengers (2005)- o dos Runa, em que pedras e montanhas são animadas (os “earth-beings”)- e o que, nos apropriando de um termo de Davi Kopenawa (KOPENAWA e ALBERT, 2015), podemos chamar de “mundo da

mercadoria”, no qual a montanha é vista como passível de destruição para que se extraíam minerais considerados como grande fonte de riqueza. Na história narrada pela autora, não se pode dizer que um ou outro mundo tenha vencido: o desfecho foi a renúncia ao empreendimento minerador por meio de uma justificativa ecológica. Esta, pragmaticamente, preservou os “earth-beings”, sendo útil, assim, em uma empreitada semelhante àquela aventada por Latour ao analisar o trabalho de Kohn, mas demonstrando, também, a dificuldade extrema de se chegar a um “mundo comum”, já que as diferenças ontológicas aqui são grandes o suficiente para caracterizar uma “guerra de mundos”.

3) Um mundo comum?

As proposições latourianas descritas acima nos mostram que teríamos duas questões cruciais referentes à guerra dos mundos, e, portanto, dois tipos de paz a habitar um horizonte hipotético:

- Do que o mundo é feito, o que (qual elemento pacificador) unifica o mundo, se não mais a natureza, como mostrado em Latour, 2009, 2004 e 2010)? Em outras palavras, como é o mundo comum?

- Como o mundo deve ser? Como (se é que) é possível alcançar a paz do acordo, do consenso?

A primeira questão condiciona a possibilidade de se falar em um mundo comum; a segunda seria de especial relevância para os estudiosos de agendas internacionais como a dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essas agendas significam a paz da negociação, do acordo, do consenso, obtido entre as “unidades nacionais”, os países- membros da organização internacional que integram.

Embora não haja espaço aqui para uma análise mais aprofundada dessas questões no que diz respeito ao nosso objeto de estudo, poderíamos, ao menos, apontar algumas potenciais conexões entre ele e as análises de alguns autores abordados.

Danowsky e Viveiros de Castro propõem a ideia de multiverso, expressando uma visão em que o mundo permanece não-unificado devido à multiplicidade de “alinhamentos políticos dos diversos povos ou “culturas” mundiais com muitos outros actantes e povos não-humanos” (DANOWSKY e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 121). Stengers (2005) também fala de mundos



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

múltiplos e divergentes, recusando a ideia de uma paz transcendente que apenas acomode a diferença como uma variação de algo pressuposto como comum.

Para Latour, o mundo comum também não é dado, e não podemos toma-lo como uma entidade pronta, precisando, ao invés disso, realizar tentativas referentes à sua composição (LATOURE, 2011 e LATOUR, 2010). Ainda para Latour, também nesse sentido, o ideal de universalidade, que ele afirma reconhecer e valorizar, não pode ser tomado como já realizado; para que se possa construí-lo é necessário partir desse pressuposto (LATOURE: 2013a).

Não obstante, Latour considera que o clima pode ser entendido como um elemento de fato universal, diferentemente da natureza:

if nature is not universal, climates have always been important to all people. The reintroduction of climates and atmospheres as the new common cosmopolitical concern gives a new urgency to this communality between collectives. (LATOURE, 2013b, p. 50).

Dando bastante ênfase à questão climática, o autor manifesta sua surpresa diante do fato de as origens antrópicas do aquecimento global serem um dos fenômenos que mais já foi documentado por cientistas, e não obstante, suscitar tão poucas ações que o combatam.

Uma discussão também importante para o estudo aqui proposto é a da ideia de uma humanidade unificada. A utilização dessa ideia acaba por subtender um processo que poderia ser considerado prematuro na visão de autores como Latour (2013a) e Danowsky e Viveiros de Castro (2014). Para o primeiro, foi justamente o Antropoceno que minou de uma vez por todas a possibilidade de se pensar nessa categoria como unificada a priori:

O anthropos do Antropoceno não é mais do que a ficção perigosa generalizada de um agente universalizado capaz de agir como um só povo. Tal suposição implicaria que o Estado a ser construído já está lá. O Humano, com h maiúsculo, (...) é precisamente o que o Antropoceno quebrou e dispersou totalmente. O Antropoceno não apenas pôs um fim no antropocentrismo mas também em qualquer unificação prematura da raça humana.” (LATOURE, 2013a, p. 115, tradução livre)



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

A recusa do pensador francês à ideia de uma humanidade unificada é expressa por meio de uma divisão interessante entre humanos e terranos (*earthbound*), e caracterizando as disputas entre as duas categorias (disputas que, poderíamos dizer, são, mais do que políticas: são ontológicas e cosmopolíticas) como uma guerra de mundos, característica do Antropoceno (LATOUR, 2013a).

A distinção básica estabelecida por Latour entre humanos e terranos é bastante interessante, pois se refere à existência ou não de um laço com a Terra, assim, os humanos seriam de-localizados, e os terranos, localizados. Trata-se de uma caracterização bastante didática para podermos entender o nosso funcionamento como “modernos” (ou, melhor dizendo, “ex-modernos”, talvez). Ao nos de-localizarmos, agimos como se estivéssemos livres de qualquer transcendência. E, quando nos damos conta do aquecimento global, por exemplo, ficamos surpresos diante da existência de limites para a nossa ação. Mesmo tão materialistas, “nós nos encontramos totalmente despreparados para lidar com as condições materiais da nossa existência atmosférica” (LATOUR, 2013a, p. 108). Nos surpreendemos, então, com o advento de uma revolução não no sentido econômico ou político aos quais estamos habituados, mas sim, nada menos do que no movimento do ciclo de carbono.

Danowsky e Viveiros de Castro (2014) também adotam a caracterização entre humanos e terranos proposta por Latour, e buscam dar um passo adiante ao nomear alguns humanos, referindo-se principalmente a empresas multinacionais e governos que agem “em nome dos “Humanos”, e contra quem os terranos estariam lutando. Seguindo a mesma linha de raciocínio, os autores propõem a “recusa da ideia do *anthropos* como entidade prematuramente unificada” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO: 2014: 117).

O que o Antropoceno põe em cheque, justamente, é a própria noção de *anthropos*, de um sujeito universal (espécie, mas *também* classe ou multidão) capaz de agir como um só povo. A situação propriamente *etnopolítica* do “humano” como multiplicidade intensiva e extensiva de *povos* deve ser reconhecida como implicada diretamente na crise do Antropoceno. Se não existe um interesse universal humano *positivo*, é porque existe uma diversidade de alinhamentos políticos de diversos povos ou “culturas” mundiais com muitos outros actantes e povos não-humanos (formando o que Latour chama de “coletivos”) *contra* os auto-intitulados porta-vozes do Universal.

Assim, Danowsky e Viveiros de Castro questionam tanto a ideia de uma humanidade homogênea como a do ser humano biológico como sujeito universal. As considerações de Latour, Danowsky e Viveiros de Castro são úteis para que tenhamos algumas reflexões a respeito da própria categoria de humanidade, tão cara às agendas internacionais. Sem querer negar a importância do papel unificador de tais agendas em determinados contextos, é possível pontuar que as considerações dos autores acima podem ser levadas em conta para entendermos que a ideia de uma humanidade unificada é ideal, almejada, como podemos observar inclusive pela análise de documentos das próprias organizações internacionais⁵. Bauman (2005) também ressalta o caráter ideal desse projeto, afirmando que a ideia de uma “comunidade (humana) plenamente inclusiva” não chegou a estar nem mesmo “na ordem do dia” (BAUMAN, 2005, p. 86) e que a humanidade é, então, de fato, profundamente fragmentada.

4) Humanos esquecidos?

Ao refletirmos sobre as dificuldades de se compor uma categoria humana efetivamente unificada, nos defrontamos também sobre a questão da conformação de uma agenda única que almeja contemplar todos os grupos que compõem uma categoria tão dividida.

Os esforços de conciliação de agendas expressos nos ODS são visíveis pelo número não usual de objetivos e metas. Se compararmos os ODS com os ODM, por exemplo, vemos que o número de objetivos da Agenda 2030 é mais do que o dobro daquele proposto na chamada Agenda do Milênio. Já o número de metas supera em quase dez vezes aquele estabelecido anteriormente (as chamadas “metas do milênio”, associadas aos ODM, eram 18).

Não obstante, a agenda não é imune a críticas dos estudiosos da área. Veiga, por exemplo, ressalta que, apesar de as metas relacionadas aos ODS serem contabilizadas pelo expressivo número de 169, apenas 40 delas apresentam de fato prazos e definições mensuráveis, sendo as outras muito vagas e portanto muito difíceis de serem efetivamente acompanhadas. (VEIGA, 2015)

5 Ver, por exemplo, UNDP (2013).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Alguns estudiosos do tema (ver, por exemplo, The Guardian, 2016) mencionam que, apesar do uso marcante da expressão “Leaving no one behind”, a Agenda 2030 não deixa de ter falhas quanto ao universo que contempla. O objetivo 5, referente às questões de gênero, por exemplo, não traz nenhuma referência ao grupo das viúvas, que, em países como a Índia, estariam em situação de extrema fragilidade com relação a direitos. Tampouco são mencionadas quaisquer ações específicas referentes à garantias de direitos de homossexuais e transsexuais.

A questão das populações indígenas é, possivelmente, uma das mais falhas do documento. Um olhar um pouco mais atento sobre as (somente) duas metas que mencionam esses grupos leva imediatamente a um certo desconforto:

Meta 2.3: Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

Meta 4.5: Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade (NAÇÕES UNIDAS- 2015)

A classificação das cerca de 5000 populações indígenas do mundo (UNDPPI, 2010) como “pequenos produtores de alimentos” ou como “mais vulneráveis”, embora não seja desprovida de validade, considerando as relações de poder entre os Estados nacionais e esses grupos, não deixa de soar reducionista. Além disso, embora a meta 2.3 mencione a questão crucial do acesso à terra, o fato de a ideia de se dobrar a produtividade agrícola se pretender como universal desconsidera outras lógicas econômicas e parece acomodar a diferença numa proposição geral, uma prática bastante criticada por Stengers, como já trabalhado acima. Mesmo a questão das terras indígenas é considerada por alguns críticos como tendo sido subestimada nas metas (THE GUARDIAN, 2016). Assim, embora tenha havido participação de grupos indígenas nas consultas referentes à formulação da Agenda 2030, o que é considerado um avanço com relação à Agenda do Milênio (UNITED NATIONS, 2017), e, embora relações com o modelo hegemônico não devam ser impedidas se for do



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

desejo dessas comunidades, a menção a esses grupos nas metas acima parece de fato ocorrer ainda de uma forma etnocêntrica.

Já a Meta 15.1, que propõe “até 2020, assegurar a conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais” (NAÇÕES UNIDAS: 2015), parece trazer a projeção de uma organização econômica específica, a da economia burguesa capitalista, sobre a própria “natureza”. Assim, termos como “serviços” passam a ser utilizados de forma automática, como se refletissem de forma transparente algo que acontece no mundo “natural”. Pretensamente a linguagem está numa “chave universal neutra” (STENGERS, 2005, p. 994); mas a partir de diversos exemplos, alguns, como o do termo “serviços”, bastante visíveis a um olhar um pouco mais atento, tornam explícito o caráter situado de um discurso cujos fundamentos encontram-se também na ciência. As ciências também trazem em seu bojo aspectos de relações pretendidas ou estabelecidas com o mundo, refletindo em suas formulações relações sociais e socioambientais específicas, como afirma, por exemplo, Latour (2009). Assim, as formulações a respeito da natureza indicam uma concepção naturalista de mundo (DESCOLA, 2005); termos como “serviços” indicam a projeção de categorias da economia burguesa estendida ontologicamente a isso que tratamos como “natureza”; especificamente, a palavra “serviço⁶” indica uma relação entre alguém que serve (aqui, a natureza ou “partes” dela, como os ecossistemas) e alguém que é servido (a visão de mundo naturalista, segundo a qual cria-se uma separação radical entre ambiente e não humanos, de um lado, e humanos, de outro, leva a concluir quem é servido são os humanos).

Essa visão utilitária da natureza não está em desacordo com própria origem das concepções de desenvolvimento sustentável. Os primeiros relatórios internacionais que abordam esse tema⁷ enfatizam o esgotamento dos “recursos naturais” (outro termo que pode ser situado com relação a conotações econômicas capitalistas). Na declaração de Estocolmo e no relatório Brundtland, o

6 Service, no original em inglês.

7 Em 1972, O clube de Roma publica o relatório “The limits to growth” (MEADOWS et al, 1972); em 1987, é publicado o relatório Brundtland.

desenvolvimento deve ser sustentável para que não haja prejuízo das gerações futuras (UNITED NATIONS, 1972, 1987).⁸ A concepção antropocêntrica permanece, assim, como norteador fundamental dos discursos que formulam e promovem a ideia de desenvolvimento sustentável.

5) Considerações Finais

Diante de tantas controvérsias e conflitos sobre a composição do que é e do que deve ser o mundo, uma proposição como a dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pode parecer ingênua, simplista ou até mesmo arbitrária, como uma evocação de uma paz transcendente tomada como dada, ideia tão criticada por Stengers (2005), que recusa a acomodação da diferença afirmando que o “mundo comum” deve estar livre para emergir da multiplicidade.

As ações de combate à mudança climática e de promoção do desenvolvimento sustentável são, como se sabe, parte de esforços conjuntos entre diversos estados nacionais. No entanto, para que estes tivessem um maior alcance e efetividade, seria necessário que houvesse uma jurisdição internacional que pudesse adentrar os limites da soberania nacional, conforme aponta Matias (2015). O autor também menciona a ausência de sanções nos tratados internacionais referentes à sustentabilidade, bem como a necessidade do consenso nas negociações das Nações Unidas, processos em que, em virtude da complexidade das diferenças de interesses envolvidos entre o grande número de países participantes, é extremamente difícil se chegar a um denominador comum, que acaba, assim, em geral, não correspondendo às expectativas criadas em torno do processo. Poderíamos mencionar como exemplos mais recentes e conhecidos a Conferência Rio + 20, em 2012, e a Conferência de Paris, em 2015. É também nessa perspectiva que é preciso analisar a Agenda 2030, levando em conta, então, que metas por vezes modestas, insuficientes ou mesmo muito genéricas são fruto desse processo.

⁸ Griggs et al (2013) propõem a mudança da definição de “desenvolvimento sustentável” para “desenvolvimento que atenda às necessidades do presente salvaguardando o sistema de apoio à vida na Terra, do qual o bem estar das gerações corrente e futura depende”. Latour (2013a) observa que, com as mudanças climáticas e o Antropoceno, não se fala mais das gerações futuras, mas sim de períodos muito mais próximos do presente.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

A efetividade da representatividade no processo de conformação da agenda, baseada na ideia dos estados nacionais de 193 países como se estes fossem unidades “reais”, homogêneas e sem contradições, também pode ser questionada inclusive no que diz respeito ao cumprimento do objetivo de “não deixar ninguém para trás”.

Mais uma vez, podemos nos reportar à questão da universalidade pretendida das metas e objetivos da Agenda 2030. Quando nos voltamos para os relatórios e para o próprio conjunto de metas e objetivos que integram essa agenda, estamos diante de uma pretensão à universalidade já pronta, acabada. É bem verdade que, para que ela fosse produzida, houve discussões, consultas, ou seja, em algum grau, o envolvimento da sociedade civil. No entanto, análises apontam que ele pode ter sido mais limitado do que o desejável (THE GUARDIAN, 2017). Cabe também mencionar, mais uma vez, as questões aqui trabalhadas referentes à análise de Latour sobre as complexidades inerentes à construção de qualquer universalidade pretendida.

Também não é possível deixar de mencionar que a própria ideia de desenvolvimento sustentável é fruto de uma concepção pré-existente antropocêntrica e predatória, visando reconectar a humanidade ao ambiente após a separação oriunda do modo naturalista; portanto, é uma ideia que pode nem fazer sentido para grupos que não tenham se pensado por meio dessa separação. Em outras palavras, tornar grupos indígenas, que não precisam almejar a sustentabilidade como algo distante, capitalistas e talvez insustentáveis, a partir de uma lógica de produtividade, pode ser, de fato, um grande contrassenso. É claro que a existência de relações entre os grupos indígenas e outros coletivos não podem ser ignoradas, muito menos quando se quer fazer valer seus direitos; mas, certamente, não se pode deixar de levar em conta o quão delicada e complexa é a questão da relação entre esses grupos e qualquer modelo hegemônico, seja ele o modelo predatório de desenvolvimento atual ou até mesmo o modelo proposto pela Agenda 2030, que, como observado acima, parece, insatisfatoriamente, acomodar algumas diferenças na grande “chave universal neutra” (nos termos de Stengers, 2005)

Por fim, considerando a complexidade e a magnitude dos temas contidos na Agenda 2030, este trabalho pretende ser apenas uma pequena contribuição referente a uma agenda de estudos mais ampla para o tema. Algumas questões permanecem, assim, por serem investigadas mais a fundo. Por exemplo, podemos mencionar a ideia de que existiria uma predominância da dimensão econômica sobre as demais, no sentido apontado por Dumont (2000); uma hipótese correlata seria referente à



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

consideração da tecnologia como panaceia, servindo como elemento auxiliador para manter essa primazia da dimensão econômica. Cabe, ainda, citar a visão de Latour (2012), que, ao mesmo tempo que define os modernos como “um povo errante entre a economia e a ecologia” (LATOURE, 2012, p. 34), afirma a impossibilidade de se promover simultaneamente a modernização e a ecologização. Essas colocações certamente nos ajudam a entender melhor as complexidades da Agenda 2030.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DANOWSKY, D; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir?** Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie : Instituto Socioambiental, 2014.

DE LA CADEÑA, M. **Earthbeings-** ecologies of practice across Andean worlds. Duke University Press: Durham and London, 2015.

DESCOLA, P. **Par delà nature et culture**. Paris : Gallimard, 2005.

DUMONT, L. **Homus aequalis**. Bauru: EDUSC, 2000.

GRIGGS et al 2013. Sustainable development goals for people and planet. **Nature**. 21 March 2013, Vol 495. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1696griggs2.pdf>

KOHN, E. **How forests think-** towards an anthropology beyond the human. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 2013

KOPENAWA, D; ALBERT, B. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LATOURE, B. 6ª Conference- Comment (ne pas) en finir avec la fin des temps ? In _____. **Face à Gaia**. Paris: Les empêcheurs de penser en ronde/ La découverte, 2015.

_____. Para distinguir amigos e inimigos nos tempos do Antropoceno. São Paulo. 2014.

Revista de antropologia, São Paulo, USP, 2014, v. 57 nº1.

_____. On selves, forms and forces. **Hau: Journal of Ethnography Theory** 4 (2): 261-266, 2014. Disponível em <http://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/hau4.2.014/1093>.

Acesso em 27 mai 2015. 2014a.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

_____. Gifford 6 : Gaia's Estate. Gifford Lecture. In _____. **Facing Gaia:**

Six lectures on the political theology of nature. Gifford Lectures on Natural Religion

Edinburgh, 18th-28th of February 2013. 2013.

_____. Gifford 5 : War of Humans and Earthbound. In _____. **Facing Gaia:**

Six lectures on the political theology of nature. Gifford Lectures on Natural Religion

Edinburgh, 18th-28th of February 2013. 2013a.

_____. Gifford 2. A shift in agencies. In _____. **Facing Gaia:**

Six lectures on the political theology of nature. Gifford Lectures on Natural Religion

Edinburgh, 18th-28th of February 2013. 2013b.

_____. **Enquête sur les modes d'existence.** Paris : La Découverte, 2012.

_____. An Attempt at a "Compositionist Manifesto". **New Literary History**, Vol. 41, 471-490, 2010. Disponível em <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/120-NLH-finalpdf.pdf>

_____. Il n'y a pas de monde commun : il faut le composer. » **Multitudes** 45, n°SPÉCIAL, été 2011. Disponível em <http://www.multitudes.net/il-n-y-a-pas-de-monde-commun-il/>

_____. **Politiques de la nature.** Paris : La Découverte, 2004.

_____. **Jamais fomos modernos.** São Paulo : Ed. 34, 2009.

_____. Guerre des mondes- offres de paix. 2000. Article préparé pour un volume spécial de l'UNESCO

MATIAS, E. F. **A humanidade contra as cordas.** São Paulo: Paz e Terra, 2015.

MEADOWS, D et al, 1972. **The limits to growth.** A Report for The Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind. Universe Books, New York, 1972.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

STENGERS. I. **No tempo das catástrofes.** São Paulo: Cosac e Naify, 2015.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

_____. **Une autre science est possible!** Manifeste pour un ralentissement des sciences, Paris, Les Empêcheurs de penser en rond, 2013.

_____. Reclaiming animism. In: **E-Flux** [online]. N. 36, jul. 2012. <http://www.e-flux.com/journal/reclaiming-animism/>. 2012

_____. The cosmopolitical proposal. 2005. In LATOUR, B.; WEIBEL, P. (ed.). **Making Things Public: Atmospheres of Democracy**, pp. 994-1003. Cambridge: MIT Press, 2005.

UNDP- United Nations Development Program. **Humanity divided: Confronting inequality in Developing Countries.** 2013. http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Poverty%20Reduction/Inclusive%20development/Humanity%20Divided/HumanityDivided_Full-Report.pdf

Acesso em 24 abril 2017.

UNDPI- United Nations Department of Public Information. **State of the World's Indigenous Peoples.** 14 January 2010. 2010

Disponível em <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/SOWIP/press%20package/sowip-press-package-en.pdf>

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development.** 2015. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>

UNITED NATIONS. Indigenous Peoples and the Post- 2015 Development Agenda.

<https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/focus-areas/post-2015-agenda.html>

Acesso 13 abril 2017.

UNITED NATIONS. **Johannesburg Declaration on Sustainable Development** Disponível em <http://www.un-documents.net/jburgdec.htm> Acesso em 26 abril 2017

UNITED NATIONS. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future.** 1987. Disponível em <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

UNITED NATIONS. **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment.** 1972. Disponível em <http://www.un-documents.net/unchedec.htm>

THE GUARDIAN. Nine things we learned about the global goals. 2017 <https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2015/oct/22/nine-things-we-learned-about-the-global-goals>

THE GUARDIAN. From widows to indigenous people: can the SDGs really leave no one behind? 4 February 2016. 2016. <https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/ng-interactive/2016/feb/04/sustainable-development-goals-marginalised-people-leave-no-one-behind>

VEIGA, J. E. da. Tropeços da agenda pós- 2015. 26 de Julho de 2015. 2015. Disponível em <http://www.ecodesenvolvimento.org/colunas/jose-eli-veiga/tropecos-da-agenda-pos-2015>